

O “SISTEMA LITERÁRIO”

Itamar Even-Zohar

Tradução: Luis Fernando Marozo¹
Yanna Karlla Cunha²

Revisão Linguística: Raquel Bello Vazques

- *A extensão do “sistema literário”*

O termo “sistema” é problemático devido a seus muitos usos. Quando falamos do “sistema da literatura” (ou do sistema literário) é fácil confundi-lo com o uso popular de “sistema” em expressões tais como “o sistema político”, que denota vagamente “o conjunto assumido das atividades políticas”. O uso desse termo em tais expressões correntes é claramente a-teórico: nele não há compromisso com nenhuma aproximação teórica específica à pesquisa desse “sistema”. Na teoria dos polissistemas, no entanto, o termo supõe um compromisso com o conceito de “sistema” do funcionalismo (dinâmico), isto é, a rede de relações que podem hipotetizar-se (propor como hipótese) para um conjunto dado de observáveis (“eventos”/ “fenômenos”) . Isso implica que “o conjunto de observáveis assumidos” não é uma “entidade” independente “na realidade”, pelo contrário, é uma entidade dependente das relações que alguém esteja disposto a propor. À luz dessa dependência a teoria pode permitir um uso mais flexível do termo “sistema” *como uma expressão abreviada*, que se entende como representação da expressão mais ampla. Em lugar da expressão explícita [A]: “o conjunto de dados observáveis que se supõe governado por uma rede de relações (ou seja, aqueles para os quais é possível hipóteses de relações sistêmicas), e a que, em vista da natureza de tais relações hipotetizadas, chamaremos ‘literário’, nos permitimos usar a expressão abreviada [B]: “o sistema literário”.

¹ Professor Adjunto de Literatura na Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão
² Mestranda em História da Literatura na Universidade Federal de Rio Grande

Assim, o uso “sistemístico” dessa expressão rejeita claramente a reificação a priori do “conjunto” a que se refere. De modo breve, o significado de “sistema literário” para a teoria dos polissistemas pode ser formulado assim:

A rede de relações hipotetizada entre uma certa quantidade de atividades chamadas “literárias”, e consequentemente, essas atividades observadas através dessa rede.

Ou:

O conjunto de atividades – ou qualquer parte dele – para que relações sistêmicas que fundamentam a opção de considerá-las “literárias” podem ser hipotetizadas.

A pergunta que surge na continuação não é “O que é o sistema literário?”, mas “Quais são as atividades que, a partir de um ponto de vista teórico, poderiam se considerar regidas por relações sistêmicas literárias?”. Do ponto de vista da teoria dos polissistemas, tal como foi descrita acima e nos meus trabalhos prévios (Even-Zohar 1990a; 1990b), “O” sistema literário não “existe” fora das relações concebidas para operarem nele e para ele. Desse modo, tanto faz se nos servimos de um concepção conservadora do “sistema”, ou se adotamos o conceito dinâmico (polissistema), não há um conjunto de “observáveis” que “seja” a priori necessariamente parte desse “sistema”. Advogar pela inclusão ou exclusão de certas circunstâncias/caraterísticas no “sistema” não é uma questão da descrição sistêmica da literatura, mas um problema do maior ou menor êxito que pode se alcançar mediante um procedimento ou outro do ponto de vista da adequação teórica. “A adequação teórica”, certamente, deve se defender em cada caso específico, razão pela qual não se pode ter um acordo a priori acerca das atividades que devem ou não ser consideradas “parte da literatura”. “A eleição entre considerar uma variável exógena e torná-la endógena, uma variável determinada pelo sistema de funções, é questão de relevância e conveniência”. (Machlup 1981:4).

Onde nos leva este argumento? Claramente, nos leva a admitir que um acordo sobre a compreensão de noções teóricas tais como “sistema” ou “polissistema” não conduz necessariamente a um acordo acerca do leque de fenômenos para os quais se crê que o

“sistema” está “em vigor”. Junto aos distintos desenvolvimentos da teoria do (poli)sistema desenvolveram-se efetivamente diferentes visões desse leque, mas estas não foram transformadas em parte integrante da teoria. Inicialmente, a teoria dos polissistemas era capaz de desenvolver suas visões dos processos literários ainda que a gama de fatores que assumia como participantes nesse “polissistema” estivesse limitada tão somente a traços textuais, enquanto que todos os demais fatores envolvidos eram considerados mais “restrições” do que “fatores” do polissistema. No entanto, e porque no coração mesmo da teoria dos polissistemas reside a ideia de que não se pode dar conta dos conjuntos de modo produtivo se considerados separadamente, a teoria dos polissistemas foi gradualmente empurrada a ampliar o leque de fatores que se reconhece como “pertencentes ao sistema”.

Creio que no caso de Tynjanov, a quem está perfeitamente justificado considerar o verdadeiro pai do enfoque sistêmico, o leque de observáveis para os quais o “sistema literário” era uma noção válida estava mais ou menos/de alguma forma estreitamente ligada à ideia de “textos”. A noção de pretextos/pré-textos, isto é, “modelos”, emerge em seus estudos em relação com a noção de “sistema” de um modo unicamente implícito. Assim, eventos “mais remotos” como o conjunto de atividades relacionadas com os diversos fatores da produção de textos estão ligados com a ideia sistêmica somente de maneira implícita (embora estejam amplamente discutidos em seus escritos). Manter que Tynjanov “concebe a literatura” como um “sistema” pertencente à totalidade da produção e consumo literários (qualquer que seja a natureza desses) seria correto só como *interpretação estendida* (e adequada, acredito) de sua obra, não como citação direta deste. Basta ler a maioria das descrições clássicas do Formalismo Russo para dar-se conta de quão implícitas estão, de fato, as ideias de Tynjanov. Se estivessem mais explícitas, não haveria necessidade de expô-las uma e outra vez diante de toda a classe de leituras errôneas e míopes.

Uma postura mais clara, ainda que de modo algum completamente explícita, é a que adota o colega mais próximo de Tynjanov, o membro do grupo Formalista de pensamento mais metodológico e teórico: Boris Ejxenbaum (Eikhenbaum). Em sua obra, a “literatura”, claramente concebida em termos funcionalistas, já não é “textos”, como nos primeiros anos

do Formalismo, nem, de modo vago, “textos cuja produção está constrangida por normas que regem a atividade literária dominante”, e sim a totalidade, ou melhor, a rede dessas atividades. Para enfoques retrógrados da literatura, estas posições (que cristalizaram por volta dos vinte aproximadamente) se consideravam uma “traição” ao “verdadeiro espírito do Formalismo”, que presumivelmente deveria concentrar-se no produto “final” (e daí o mais importante, por assim dizer) que a literatura pode produzir: a “própria obra”. Os principais estudos desta porção da obra de Ejxnenbaum a descrevem como o resultado da pressão que exercem os inimigos do Formalismo, sobre tudo o “Marxismo vulgar” da época. O hoje clássico ensaio de Ejxnenbaum “Entorno Literário” (1929) é entendido, pois, como uma hipócrita concessão a seus adversários (como uma tentativa de sobreviver e salvar o projeto mais valioso do Formalismo tardio, o Instituto para o Estudo da Literatura de Leningrado).

Nada mais longe da verdade. Ejxnenbaum não fez concessões a adversários políticos: estava simplesmente extraindo de modo gradual as conclusões do ponto de partida de Tynjanov e dele mesmo. Desde seu primeiro “manifesto” funcionalista (os trabalhos de alunos reunidos e editados por ele e por Tynjanov [Ejxnenbaum e Tynjanov 1926]), o caminho conduz diretamente a obras posteriores em que o “produto” literário é discutido, analisado e descrito em termos da complexa rede de relações que o condicionam.

Este desenvolvimento não se produziu casualmente: Ejxnenbaum estava claramente insatisfeito com as soluções vagas que foram propostas para explicar as relações entre a “literatura” e outros sistemas na cultura. Ainda que Tynjanov deixasse claro que a “literatura” é tanto autônoma como heterônoma, ou seja, que regula a si mesma ao mesmo tempo em que está condicionada por outros sistemas, não prestou atenção suficiente à formulação dessa heteronímia. Para Ejxnenbaum, este é precisamente o ponto que mais deve ser iluminado/focado quanto às regularidades da literatura. Portanto, o mais importante para ele foi averiguar a classe de relações existentes entre as leis que regem a produção de textos literários, deduzidos de tais textos, e as forças que geram estas leis, as promovem ou as fazem desaparecer. Foi desse modo que emergiu a noção de “vida literária” (*byt*), não como fator “ambiental” no sentido de “contextual” (como pode concluir-se erroneamente do

título da tradução inglesa do primeiro ensaio sobre o tema citado antes), mas como parte essencial das intrincadas relações que regem o agregado de atividades que constituem a “literatura”. Do verdadeiro ponto de vista de Ejxenbaum, o “sistema literário” compreende, assim, uma gama de eventos/fatores muito maior do que é aceito normalmente nos estudos literários convencionais. Para ele, não tinha sentido falar dos famosos aspectos “extrínsecos” e “intrínsecos” no sentido primitivo defendido por Wellek (quem, infelizmente, nunca se preocupou plenamente em estudar o Formalismo Russo). Nesse sentido, como defendi no *Colloque International Ejxenbaum*, Ejxembaum desenvolveu efetivamente uma visão muito próxima aos campos literários de Bourdieu, ou seja, a literatura como agregado de atividades, que em termos de relações sistêmicas se comporta como um todo, ainda que cada atividade separada dentre elas (ou qualquer parte delas) possa participar ao mesmo tempo de algum outro todo, sendo regida nele por leis diferentes e estando correlacionada com diferentes fatores. São as leis do “sistema” específico (o agregado de atividades para o qual a “sistemicidade” pode ser hipotetizada) as que explicam sua natureza e comportamento. Assim, a “produção de textos” não se identifica de modo simples com “a produção de qualquer outra coisa”, e o mesmo vale para o resto dos fatores implicados. Escritores, revistas literárias, crítica literária (no sentido restrito) são todos fatores literários. E não há possibilidade de determinar previamente que atividade dentre estas é, num dado período, “a” literária por excelência.

- *Um esquema do sistema literário*

Gostaria de tomar emprestado o famoso esquema de comunicação e linguagem de Jakobson (1980 [1956]; Jakobson 1960: esp. 353-356), adaptando-o ao caso da literatura. Pode produzir assim a seguinte tabela de fatores implicados no (poli)sistema literário (com os termos de Jakobson entre colchetes):

INSTITUIÇÃO [contexto]
REPERTÓRIO [código]
PRODUTOR [emissor] [receptor] CONSUMIDOR
(“escritor”)(“leitor”)
MERCADO [contato/canal]
PRODUTO [mensagem]

Certamente, não existe uma correspondência unívoca entre as noções de Jakobson e as “substituições” sugeridas por mim, uma vez que o ponto de partida de Jakobson é o enunciado/a enunciação *isolado*, observado do ponto de vista de suas restrições. O que busca alcançar com seu esquema é a apresentação “dos fatores constitutivos de qualquer fato de fala, em qualquer ato de comunicação verbal” (Jakobson 1960:353). A diferença mais importante reside talvez em minha introdução da “instituição” na qual Jakobson tem “contexto”, com o que ele quer significar “o CONTEXTO ao qual se faz referência” (“referente” em outra nomenclatura, em certa medida antiga), abarcável pelo receptor, tanto no sentido verbal como capaz de ser verbalizado (ibid.). Do ponto de vista de Jakobson, o fato de que emissor e receptor tenham “um CÓDIGO total, ou ao menos parcialmente, comum” a ambos (ibid.) é suficiente para compreender como podem se comunicarem, enquanto que as restrições das instituições socioculturais sobre a natureza desse “código”, podem se considerar marginais, ou, dito doutro modo, podem estar incluídas implicitamente na mesma noção de “código”. Sem algum tipo de acordo, não há como hipotetizar um código comum, e não é possível alcançar nenhum acordo sobre uma base exclusivamente individual, isto é, sem a interferência de algumas instituições socioculturais. Assim, o esquema que sugiro, ainda que possa se ocupar também de qualquer intercâmbio literário individual, está pensado principalmente para representar os macros-fatores implicados no funcionamento do sistema literário.

Apesar disso, acredito que, junto à conveniência de adotar tal esquema, é o *quadro de pensamento* de Jakobson que é mais pertinente para minha proposta em termos gerais, apesar de algumas diferenças no grau de detalhamento. O que importa, sobretudo, é o enfoque geral de Jakobson: a visão de Jakobson ao longo de sua vida foi que “a linguagem

deve ser pesquisada em toda a variedade de suas funções” (ibid.). Esta afirmação aparentemente trivial distingue inequivocamente a tarefa linguística, literária e semiótica de Jakobson de várias outras tendências de nosso tempo. Suas preocupações rejeitam os modelos reduzidos (perpetuados durante bastante tempo) para os quais um sistema de signos é uma pura estrutura (ou ao menos poderia, ou deveria ser estudado como tal). Todas as restrições possíveis que podem regê-lo são “fatores externos”, seu “contexto” ou “entorno”. Em tais modelos, se alguém chega finalmente a um ponto em que está disposto a transcender os limites da estrutura pura, isto é, em que alguém está disposto a levar em consideração o papel da relação entre o produtor e o consumidor de um enunciado, isso somente pode ser feito acrescentando mais uma rama à “linguística propriamente dita”; nesse caso particular a da “pragmática” (a “sociolingüística” e a “psicolingüística” são mais alguns exemplos dessa classe). Para Jakobson, ao contrário, estudar “a linguagem” inclui, tanto a consciência como a consideração de todos estes fatores, que deverão ser pesquisados em suas relações mútuas mais do que como eventos distintos.

Certamente, pode-se defender que, em termos de “relevância e conveniência” (Machlup 1981: 4; citado acima), o abrangente modelo de Jakobson não é de modo algum superior *a priori* aos modelos implicitamente criticados aqui. As fronteiras entre a “relevância” de uma variável e sua “irrelevância” dependem da classe de trabalho que alguém está interessado em fazer em um campo particular, isto é, já no nível das pressuposições de uma teoria. Enquanto que, para algumas tendências como a linguística saussuriana dificilmente se pensava o estudo da linguagem como uma pesquisa de sua variedade *incoerente*, porque o que contava era entender como “a linguagem funcionava em princípio”, a tendência representada pela ciência da linguagem jakobsiana sempre esteve mais atraída precisamente por sua incoerência.

O porquê de uma tão evidente cristalização destas discrepâncias não está no âmbito deste ensaio, se bem que os entornos socioculturais contribuíram sem dúvida em grande maneira a promover uma ou outra linha de pensamento. Assim, enquanto heterogeneidade e incoerência podem ter sido parte de uma forma comum de consciência na própria imagem cultural de checos e russos durante as primeiras décadas desse século, na francesa foram

(ou seguem sendo) fortemente ignoradas ou consideradas irregulares (ou “irrelevantes”). Contudo, uma vez que tais ambientes determinaram alguns pontos de partida opcionais para algumas teorias, as modificações a nível teórico devem ter lugar no âmbito mesmo do pensamento teórico. Parece que foi dessa natureza o caminho que conduziu ao tipo de enfoque representado pelo esquema de Jakobson. Depois de tudo, o Formalismo Russo começou com um modelo do fato literário enormemente estreito e reduzido, do que a “literatura” estava, para todos efeitos, excluída. Foi principalmente seguindo a lógica interna da prematura teoria formalista da literatura como o Formalismo Russo se transformou de um enfoque a-histórico, claramente textocêntrico, no qual os fatos por cima do texto são considerados o fator principal, e a mudança é considerada um traço interno do “sistema” mais do que “uma força externa”, isto é, não-sistêmico em termos saussureanos. Embora Ejxenbaum (1927) exagera claramente a suavidade e a totalidade desse processo, sua famosa descrição é bastante exata em princípio. Pois quando Shklovskij chegou à conclusão de que a “automatização” é um procedimento dependente do tempo, transformou sua hipótese da “desautomatização” da história e sobre esta epifania construiu sua famosa hipótese da mudança literária (“a segunda lei de Shklovskij”). Nesta fase, não podiam ser considerados traços individuais de um ou outro texto como forças reais de tal mecanismo, de modo que, inevitavelmente, Shklovskij começou a fazer generalizações sobre os eventos supra-textuais: normas e regras gerais, com a ajuda das quais pode se gerar em uma ou outra fase qualquer, um texto individual. E quando propôs explicitamente que a fonte de novas “formas” (que na realidade queria dizer unidades complexas, mais do que a noção corriqueira e intuitiva de “forma”) poderia ser ações não reconhecidas da produção cultural, estava na realidade estabelecendo uma visão da presença de certo inventário pactuado na cultura, cuja utilização é permitida ou proibida por certos possuidores do poder.

Shklovskij, geralmente apresentado como o mais textocêntrico dos teóricos do Formalismo Russo, na realidade abriu caminho para a libertação do Formalismo de suas etapas iniciais. Não é fácil explicar que tal transformação ocorreu no Formalismo Russo e não, por exemplo, na “Nova Crítica” ou no “Estruturalismo Francês”. Contudo, me aventuraria a dizer que os marcos acadêmicos em que operava esses grupos eram completamente diferentes. Somente o Formalismo Russo trabalhava em certa harmonia com os

procedimentos comuns da *ciência* por estar interessado em construir uma *ciência da literatura*, enquanto que os outros grupos não tinham isso em mente.

Quando Shklovskij se deu conta de que suas suspeitas a respeito da “automatização” eram insustentáveis em termos sociohistóricos, não hesitou em tirar conclusões, ainda que estas fossem marcadamente incompatíveis com seu próprio ponto de vista. Nada comparável ocorreu em outras tradições “literárias”: quando membros mais recentes da comunidade literatológica descobriram a rigidez do “Estruturalismo” (Francês), não puderam encontrar caminho para avançar dentro de suas fronteiras (fosse modificando, ampliando ou dando maior elasticidade a seu quadro conceitual), assim tiveram que inventar o “pós-estruturalismo” (sem saber que muitas das generalizações desse enfoque já tinham sido claramente formuladas por partes do “Estruturalismo” nos anos 20 do século XX).

Neste enfoque, o “sistema literário” compreende como “internos” mais que como “externos” todos os fatores implicados no conjunto de atividades a que a etiqueta “literária” pode se aplicar com maior conveniência que qualquer outra. O “texto” já não é o único, nem necessariamente o mais importante em nenhum sentido, aspecto, ou inclusive produto desse sistema. Além disso, este quadro requer que não existam a priori hierarquias da importância relativa dos supostos fatores. Basta reconhecer que são as interdependências entre estes fatores o que os permite funcionar. Assim, um CONSUMIDOR pode “consumir” um PRODUTO produzido por um PRODUTOR, mas para o “produto” ser gerado (o “texto”, por exemplo), deve existir um REPERTÓRIO comum, cuja possibilidade de uso está determinada por uma certa INSTITUIÇÃO. E deve existir também um MERCADO no qual ele possa ser transmitido. Na descrição dos fatores enumerados, não se pode dizer de nenhum deles que funcione separado, e a classe de relações que podem ser detectadas cruza todos os possíveis eixos do esquema.

- *Produtor e produtores*

Prefere-se aqui “produtor” a “escritor” porque a noção de “escritor” suscita imagens muito específicas que podem ser inapropriadas (vid. Viala 1985).

Tem havido uma grande ausência de teorias da literatura do ponto de vista da *produção*. Infelizmente, quando a tradição cultural de colocar o escritor no centro da literatura foi abolida, e começou a impor-se o estudo “textocêntrico”, os velhos modelos exegéticos invadiram os novos métodos “interpretativos” que surgiram para concentrar-se na “compreensão do texto”. Esta classe de “compreensão”, certamente, deu por certo que o texto *existe* de alguma maneira que não é necessário questionar, muito menos pesquisar, pois está “aí”, e todo o que nos fica (a nós mortais) é decifrar seus segredos. Inclusive certos projetos muito sofisticados de descrever “como um entendedor entende” um texto mostravam completa falta de atenção, indiferença e ativa oposição a uma possível correlação entre a opção de consumo e o produtor. A “oposição ativa”, expressada na forma de pronunciada rejeição aos direitos do escritor, baseou-se em um papel bem mais reduzido outorgado ao produtor, que na realidade é concebido como uma imagem especular da compreensão. Em tal qualidade, o papel do produtor foi reduzido ao que este tem a dizer sobre seu produto, o que na sequência foi rejeitado por não ser confiável.

É compreensível, certamente, que as “explicações” triviais dos gêneros do texto, das “intenções” do produtor que dizem respeito a ele, resultado da tradição histórico-biográfica tenha repugnado as novas gerações de estudiosos da literatura. Não era possível considerar procedimentos “seguros” nem a “inspiração” mística, por um lado, nem a psicologia pretensiosa e simplista, por outro. Pelo contrário, parecia mais fácil defender uma correlação entre nossa compreensão dos textos e seus hipotetizados traços “objetivos”. Não obstante, quando surgiram de novo questões de ordem supra-textual, os parâmetros de produção regressaram à agenda dos estudos literários. As novas teorias históricas sobre “o sistema literário” tinham que incorporar explicitamente o produtor, tentando elaborar agora explicações mais convincentes. A capacidade dos pais da teoria dos polissistemas (especialmente Boris Ejxenbaum) para ligar com êxito o produtor – como força a um tempo condicionante e condicionada - aos outros fatores que operam no sistema, tornou possível tentar correlacionar as teorias da literatura baseadas no “entendedor” com as baseadas no produtor.

Não obstante, enquanto que em nossa cultura contemporânea parece estar claro o *que* é que o “produtor” produz, não é absolutamente assim do ponto de vista de nossa teoria. Pode ser útil pensar os “textos” como o resultado último da atividade do produtor literário, mas, por outro lado, o papel de gerador de textos na soma total da produção pode de fato ser bastante pequeno: em períodos e culturas, por exemplo, nos quais a tarefa principal do produtor literário é interpretar ou recompor textos estabelecidos, ou quando a “mercadoria principal” aberta e oficialmente só é “o texto”, mas na realidade, a verdadeira mercadoria se encontra em uma esfera sociocultural e psicológica completamente diferente: a produção política e também interpessoal de imagens, estados de animo e opções de ação. De fato, em tais períodos, o produtor literário não é alguém mal pago cuja função é entreter e que atua mais ou menos forçado no salão real em presença de bêbados ruidosos, e sim é alguém cuja demanda ao poder não é menor à de qualquer outro agente político central. Assim, o tal produtor está vinculado a um discurso do poder moldado segundo certo repertório aceitável e legitimado. Consequentemente, não há razão para separá-lo tão declaradamente de todas as classes co-presentes de discurso de produtores adjacentes na mesma comunidade. De fato, tal diferenciação não somente dá uma imagem do passado insustentavelmente anacrônica, como tampouco seria adequada para o tempo presente. É certo que dificilmente se pode encontrar um caso no qual um produtor tenha aberto caminho a uma posição segura sem produzir textos, mas o número de textos e sua circulação tornam-se secundários diante de outros parâmetros que regem o sistema.

Obviamente, esses produtores não estão confinados a um só papel na rede literária, mas podem, e de fato são empurrados a participar de um conjunto de atividades que, em certos aspectos, podem tornar-se parcial ou totalmente incompatíveis entre si. Não nos encontramos meramente com “um produtor”, ou tão só com um grupo de “produtores” individuais, mas com grupos, ou comunidades sociais, de pessoas envolvidas na produção, organizadas de diferentes formas e, em todo caso, não menos interrelacionadas umas com outras que com seus consumidores potenciais. Como tais, constituem parte tanto da instituição literária como do mercado literário.

As atividades aparentemente grupais dos produtores, em contraposição com a individualidade proeminente – certamente nos casos mais óbvios, mas também nos mais sutis –, de modo algum podem deixar-se de lado ao explicar os variados eventos literários (a qualquer nível, incluindo o nível mais privado da produção de textos individuais) como dependentes da formulação de normas e do estado de coisas no repertório. Embora muitos estudiosos da literatura aceitam uma visão assim sem demasiada resistência, na prática presenciamos um desconforto ao enfrentar-se com as implicações de um enfoque semelhante em outros níveis de análise. As condições e construções do mundo dos produtos literários, consideradas “externas” ao sistema, efêmeras ou modos secundários de organização, são persistentemente ignoradas ou relegadas para os “sociólogos”, inclusive por aqueles para quem o produtor individual, embora apenas desejável, é inevitável.

- *Consumidor e consumidores*

A teoria literária clássica tem como hipótese um “leitor” como aquela entidade para a qual a literatura é produzida. Não obstante, seria altamente inadequado pensar os modos no quais a literatura funciona do lado do usuário, ou seja, para seus “consumidores”, somente em termos de “leitura”. Não porque ao longo da história grande parte do consumo de textos fosse levado a cabo mediante a audição, mas sim porque o “consumo”, como a produção, não está necessariamente circunscrito, nem sequer ligado nem à “leitura” nem à “audição” de “textos”. O “consumidor” como o “produtor”, pode se mover em vários níveis como participante nas atividades literárias.

Para começar, o consumo direto de *textos integrais* foi e segue sendo periférico para a maioria dos consumidores “diretos” de “literatura”, sem falar dos “indiretos”. Todos os membros de qualquer comunidade são ao menos consumidores “indiretos” de textos literários. Em tal qualidade, nós, como membros da comunidade, simplesmente consumimos uma quantidade de fragmentos literários, digeridos e transmitidos por variados agentes culturais e integrados no discurso diário. Fragmentos de velhas narrações, alusões e frases feitas, parábolas e expressões cunhadas, todo isto e muito mais constitui o repertório vivo depositado no armazém de nossa cultura.

Quanto aos consumidores “diretos”, ou seja, as pessoas voluntária e deliberadamente interessadas nas atividades literárias, não é claro se o grosso das pessoas desse grupo (minoritário) está fundamentalmente preocupado pelo ato de ler ou em participar de várias outras formas no sistema literário. Quantos daqueles que iriam conhecer um célebre escritor ou escritora realmente leram sua obra? Ou quantos o terão lido de tal modo que lhes permita ao menos uma discussão semi-profissional em certo modo sobre a obra? Os consumidores de literatura (como os de música, teatro, balé e muitas outras atividades sócio-culturais institucionalizadas) consomem frequentemente a função sócio-cultural dos atos envolvidos na atividade em questão (que às vezes assume abertamente a forma de “acontecimento” [“happening”]), mais do que o que é concebido como “o produto”. Realizam esta forma de consumo inclusive quando obviamente consomem “o texto”, mas a questão aqui é que podem realizá-la ainda que nenhum consumo de textos esteja envolvido.

Penso que não é necessário desenvolver exaustivamente este ponto à vista da contribuição de vários sociólogos e estudiosos da cultura neste campo (Vid. principalmente Bourdieu 1971, Viala 1985, Lafarge 1983).

Não há necessidade de ser cínico, como Baudelaire, para quem como deduziu Lafarge, "O importante é estar no teatro" (Lafarge 1983: 75), para reconhecer o fato de que (a) o consumo textual pode ser mais um aspecto do consumo literário em geral e que (b) inclusive no caso de “consumo direto” por um grupo de devotos não existe o consumo de um único produto “puro”. Na proposta de Lafarge (ibid: 84), "A análise da literatura como leitura nos mostra que o fato de falar de uma atividade como conjunto e não somente como produto. O consumo da literatura faz parte das preferências culturais gerais. Como o consumo de ficções depende de um saber adaptado (dito de outro modo: do hábito de consumo), é compreensível afirmar que seria abusivo entender que as narrativas ficcionais interessam por elas mesmas, independente do valor que lhes são creditadas."

Como com os “produtores”, mas com acordo maior neste caso (do ponto de vista das tradições culturais ao menos), não existem só consumidores individuais no sistema literário, mas também consumidores como grupo, para os quais nossa tradição cultural tem uma

denominação comum: *o público*. Em geral, foi necessária menos persuasão para que se reconhecesse o papel do “público” no sistema. Menos acordo existe, certamente, sobre as correlações entre “o público” e os outros fatores do sistema, isto é, até que grau sua existência e modelos de comportamento podem ou não determinar o comportamento (e a natureza) dos demais fatores implicados.

- Instituição

A “instituição” consiste no conjunto de fatores implicados na manutenção da literatura como atividade sócio-cultural. É a instituição que rege as normas que prevalecem nesta atividade, sancionando umas e rejeitando outras. Potenciada por outras instituições sociais dominantes e fazendo parte delas, remunera e penaliza os produtos e agentes. Como parte da cultura oficial, determina também quem e quais produtos serão lembrados por uma comunidade durante um maior período de tempo.

Em termos específicos, a instituição inclui pelo menos parte dos produtores, “críticos” (em qualquer formato), casas editoriais, periódicos, clubes, grupos de escritores, corporações do governo (como gabinetes ministeriais e academias), instituições educativas (escolas de qualquer nível, incluindo as universidades), os meios de comunicações de massa em todas suas facetas, etc. Naturalmente, esta enorme variedade não produz um corpo homogêneo, capaz, por assim dizer, de atuar harmonicamente e com êxito para impor suas preferências. Dentro da instituição existem lutas pelo domínio, de modo que em cada ocasião um ou outro grupo consegue ocupar o centro da instituição, tornando-se o grupo dominante. Contudo, pela variedade do sistema literário, diferentes instituições podem operar ao mesmo tempo em diferentes seções do sistema. Por exemplo, enquanto certo grupo de inovadores pode ter ocupado o centro da instituição literária, escolas, igrejas e outras corporações e atividades sócio-culturais organizadas podem obedecer ainda a certas normas que tal grupo já não aceita mais.

Assim, a instituição literária não está unificada. E, neste sentido, não consiste em um edifício em uma determinada rua, ainda que seus agentes possam ser detectados em

edifícios, ruas e cafés (vid., por exemplo, Hamon e Rotman 1981, com todas as reservas devidas; também Lottman 1981). Mas qualquer decisão tomada, a qualquer nível, por um agente do sistema depende das legitimações e restrições feitas por seções concretas da instituição. A natureza da produção, assim como a do consumo, está regida pela instituição; naturalmente, na medida em que, dadas as correlações com todos os demais fatores operando no sistema, seus esforços tenham êxito. Novamente, a formulação de Bourdieu é muito pertinente nesse assunto:

O que “faz as reputações” não é como acreditam ingenuamente os Rastignacs da província, tal pessoa influente, tal instituição, revista, semanário, academia, cenáculo, marchante, editor, nem mesmo o conjunto dos que às vezes são chamados “personalidades do mundo das artes ou das letras”, é o campo de produção como sistema de relações objetivas entre os seus agentes ou as suas instituições e como lugar de lutas pelo monopólio do poder de consagração onde se engendra continuamente o valor das obras e a crença nesse valor. (Bourdieu 1977: 7).

- *Mercado*

O “mercado” é o conjunto dos fatores envolvidos no comércio de produtos literários e na promoção de tipos de consumo. Isto inclui não só instituições abertamente dedicadas ao intercâmbio de mercados, tais como livrarias, clubes de leitura ou bibliotecas, como também todo os fatores que participam no intercâmbio semiótico (“simbólico”) no qual estas estão envolvidas, junto com outras atividades relacionadas. Enquanto é a “instituição” literária a que pode tentar dirigir e ditar as classes de consumo, determinando os preços (valores) dos vários artigos produzidos, não é a classe de interação que é capaz de estabelecer com o mercado o que determina seu êxito ou fracasso. Na realidade sócio-cultural, os fatores da instituição literária e os do mercado literário podem naturalmente entrecruzar-se no mesmo espaço: os “salões” literários, por exemplo, são tanto instituições como mercados. No entanto, os agentes específicos que desempenham o papel de uma instituição, ou de um mercado, ou seja, os comerciantes ou seus clientes, podem não justapor em absoluto. Uma escola normal, por exemplo, é um braço da “instituição”, por sua capacidade de vender o tipo de propriedades que o grupo/estabelecimento dominante

(ou seja, a parte central da instituição literária) deseja vender aos estudantes. Os professores funcionam na realidade como agentes de mercado, ou seja, comerciantes. Os clientes que, quer queiram quer não, se transformam em algum tipo de consumidores, são os estudantes. As instalações que oferece a escola, incluídos os modelos de interação fixos, constituem na realidade o mercado *strictu sensu*. Não obstante, todos esses fatores *em conjunto* podem, para os fins de uma análise mais apurada, ser vistos como o “mercado”.

Seja um salão literário, uma corte real ou uma praça de um mercado medieval onde os produtores tratem de fato de vender seus produtos, ou seja por meio de agentes tais como críticos literários, editores, professores, ou outros promotores, na ausência de um mercado sócio-cultural não há espaço para que nenhum aspecto das atividades literárias possa se assegurar. É mais, um mercado restrito diminui naturalmente as possibilidades de a literatura evoluir como atividade sócio-cultural. Desse modo, fazer com que o mercado floresça é do maior interesse para o sistema literário.

- Repertório

“Repertório” designa o conjunto de regras e materiais que regem tanto a confecção como o uso de qualquer produto. Estas regras e materiais são indispensáveis para qualquer procedimento de produção e consumo. Quanto maior seja a comunidade que confecciona e usa dados produtos, tanto maior deve ser o acordo sobre semelhante repertório. Embora os interlocutores (emissor ou receptor) em uma situação específica de intercâmbio (comunicação) não necessitem obrigatoriamente um grau absolutamente idêntico de familiaridade com um repertório específico, sem um mínimo de conhecimento compartilhado não haverá virtualmente intercâmbio. “Pre-conhecimento” e “acordo” são, pois, as noções chave do conceito de repertório.

Em termos linguísticos tradicionais, um repertório é, pois, a combinação da “gramática” e do “léxico” de uma determinada “língua”. O termo da comunicação adotado por Jakobson, CÓDIGO, podia ter servido para o mesmo propósito se não fosse pelas tradições existentes nas quais o “código” se aplica somente a “regras”, não a “materiais” (“elementos”,

“unidades”, ou seja, “léxico”). O mesmo vale para a *língua* de Saussure, ou para termos tais como “paradigmática” ou “eixo de seleção”.

Se “textos” são considerados a mais evidente manifestação da literatura, o repertório literário é o conjunto de regras e unidades com as quais se produzem e entendem textos específicos. É, na expressão de Avalor, “o universo dos signos literários, como um conjunto de materiais utilizáveis para a confecção de certos tipos de discurso” (Avalor 1972: 218).

Se, por outro lado, se considera que as manifestações da literatura existem em vários níveis, o “repertório literário” pode ser pensado como um conjunto de repertórios específicos para cada um desses vários níveis. Um “repertório”, portanto, pode ser o conhecimento compartilhado necessário tanto para produzir (e entender) um “texto”, como para produzir (e entender) vários outros produtos do sistema literário. Pode ter um repertório para o “escritor”, outro para o “leitor” e inclusive outro para “comportar-se como se esperaria de um agente literário”, e assim por diante. Todos esses devem ser claramente reconhecidos como “repertórios literários”.

Enquanto que a natureza, volume e amplitude de um repertório determinam com toda segurança a facilidade e liberdade com que um produtor e/ou consumidor pode mover-se no entorno sócio-cultural, não é o repertório em si mesmo que determina estes traços. É mais a interação com os outros fatores preponderantes no sistema o que determina estes traços. A idade de um sistema dado pode ser também um fator decisivo em relação à seleção das estratégias de elaboração, adoção e empréstimo a serem tomadas para que o sistema funcione. Quando o sistema é “jovem”, seu repertório pode ser limitado, o que lhe dá maior disposição para usar outros sistemas disponíveis (por exemplo, outras línguas, culturas, literaturas). Quando é “velho”, pode ter adquirido um repertório rico, de modo que em períodos de mudança tentará com mais probabilidade usar métodos de reciclagem. Não obstante, mesmo um sistema “velho” com um repertório “rico” pode não ser capaz de mudar dentro de suas próprias opções domésticas, se os outros fatores que prevalecem no sistema o impeçam. A existência de um repertório por si mesma não é suficiente para

assegurar que um produtor (ou consumidor) fará uso dele. Deve estar também *disponível*, ou seja, ser legitimamente utilizável, não somente *acessível*.

- *A estrutura do repertório*

Em termos gerais, a estrutura do repertório pode ser analisada em três níveis distintos:

(1) *O nível dos elementos individuais*. Este inclui elementos díspares simples, como morfemas ou lexemas.

O nível dos sintagmas. Este inclui quaisquer combinações até ao nível da “oração”. Por “combinações” eu me refiro não apenas a expressões idiomáticas e colocações (ou semi-frasemas), sejam elas estritas ou “amplas”, mas também expressões “combináveis” mais livres de tal nível.

(2) *O nível dos modelos*. Este inclui quaisquer potenciais porções de um produto completo, ou seja, a combinação de elementos + regras + as relações sintagmáticas (“temporais”) que podem ser impostas ao produto.

Se o caso em questão é o de um “texto”, o “modelo” significará “os elementos + as regras aplicáveis ao determinado tipo de texto + as relações textuais potenciais que podem ser implementadas na sua realização”. Por exemplo, se a rede de posições na qual podem colocar-se os vários elementos é um dos possíveis tipos de relações textuais, então o “modelo”, do ponto de vista do produtor potencial, incluirá alguma categoria de pré-conhecimento relativo a estas posições. Para o consumidor potencial, por outro lado, o “modelo” é aquele pré-conhecimento segundo o qual se interpreta (“entende”) o texto. Aqui deveria talvez notar-se que os modelos usados para produzir não devem coincidir- e por regra geral não coincidem- com os modelos necessários para entender ou com nenhum outro uso por parte do consumidor.

Não é necessário tentar uma classificação segundo o nível do “modelo”. Pode haver modelos operantes para o conjunto de um texto possível (um “pré-texto”, como o denominam certas tradições), mas pode haver também modelos específicos para um segmento ou porção deste todo. Por exemplo, pode muito bem haver um modelo para “um

romance”, mas haverá outra também para o “diálogo”, a “descrição da fisionomia do herói”, etc.

A ideia de *modelo* não é de modo algum nova: tem sido usada tanto por escritores e artistas como por artesãos desde a antiguidade. Somente, desde o Romantismo tornou-se um conceito evitado nas poéticas oficiais. Não obstante, ainda permeia parcial e indiretamente os estudos literários através de conceitos tais como “estilo” e “gênero”.

A hipótese do modelo recebe forte respaldo do trabalho atual nas diversas áreas como os estudos da memória, os estudos cognitivos (com seu conceito de “esquemas”), os estudos da tradução, o trabalho editorial, os estudos de estilo e composição escolar, e muitos outros campos. A crescente consciência de até que ponto são dados os tipos cotidianos de discurso (como a conversação e a narração cotidianas) contribuiu também em grande medida para liberar-nos dos conceitos românticos de “livre criação”.

A partir da perspectiva romântica, a “criação” é sempre “livre” e, daí, “original”. A limitação é, pois, uma constrição negativa sobre a liberdade: um “verdadeiro criador” (em literatura e em qualquer outra atividade criativa) não pode estar limitado por “modelos” pré-existentes. Mas semelhante ideia simplesmente não se sustenta, não somente diante às novas provas e os estudos modernos nos diversos campos acima mencionados, como também diante das atitudes correntes antes da Era Romântica. Não apenas se entendia então o ato da criação no contexto da aplicação de modelos conhecidos, como também a noção de realização artística estava ligada à capacidade do produtor de aplicar com êxito tais modelos (e a capacidade do consumidor de decifrá-los).

Como expressou Zink a propósito da poesia medieval, “esta poesia é uma poesia formal que em todos os domínios, tira seus efeitos, não de sua originalidade, mas da demonstração que ela faz de sua maestria de um código que ela aplica minuciosamente e que ela submete à transgressões calculadas e medidas. (Zink 1980: 73-74).

A teoria do *habitus* de Bourdieu é uma significativa contribuição para a conexão entre o repertório gerado socialmente e os procedimentos de imposição e internalização individual. Bourdieu sustém a hipótese de que os modelos postos em funcionamento por um indivíduo ou grupo de indivíduos não são esquemas universais ou genéticos, e sim “esquemas ou disposições adquiridos por meio da experiência, isto é, dependentes do tempo e do lugar” (Sapiro, imprensa). Este repertório de modelos adquiridos e adotados (assim como adaptados) por um indivíduo ou por grupos em determinado meio e sob as construções das relações sistêmicas vigentes que dominam este meio, denomina-se *habitus*. É “um sistema de esquemas internalizados incorporados que, tendo sido constituído no curso da história coletiva, adquirem-se no curso da história individual e funcionam em seu estado *prático*, com finalidade *pragmática* (e não como puro conhecimento)” (Bourdieu 1984: 467; originalmente em Bourdieu 1979: 545).

- *Produto*

Por “produto” entendo qualquer conjunto de signos realizado (ou realizável), ou seja, incluindo também um dado “comportamento”. Todo resultado de uma atividade qualquer, pois, pode ser considerado “produto”, seja qual for sua manifestação ontológica.

A questão é: Qual é o produto da “literatura”? Existe, para começar, um “produto por excelência” para toda atividade (sistema) dada? Pode aceitar-se como resposta satisfatória a ideia corrente de que os “textos” são o produto evidente -em muitas concepções o *único* produto- da “literatura”?

A resposta depende do nível de análise. É claramente aceitável apoiar, por exemplo, que o produto mais evidente (e óbvio) da fala é a “voz” (ou o “material fônico”), ou o(s) “som(s)”. Não obstante, convencionalmente consideramos a “voz” o mero *veículo* de outro produto mais importante: a mensagem verbal, a “linguagem” no sentido de “comunicação”. De modo similar, para dar outro exemplo, “os estudantes” podem ser definidos como o produto das escolas. Novamente, esta não é uma resposta inaceitável, no sentido de que, oficial e visivelmente, é nos estudantes onde se aplica a energia das escolas. Fala-se do número de estudantes (e a sociedade calcula em consequência orçamentos), da vida e tratamento dos estudantes na escola, das relações entre professores e alunos, etc. Mas mesmo as visões

mais convencionais das escolas concebem normalmente os estudantes como *veículos*, e/ou *objetivos* de outros produtos dos quais se supõe que as escolas são responsáveis: certo conjunto de conhecimento desejável e certo conjunto de normas e opiniões desejáveis. Neste sentido, aos “estudantes” são pensados em relação com estes produtos. O êxito nestas questões se avalia segundo a capacidade das escolas de inculcá-las nos estudantes, e o grau de distribuição e perpetuação delas na sociedade que os estudantes conseguem alcançar.

Acredito que o mesmo vale para a “literatura. Inclusive naqueles períodos em que o principal esforço das atividades literárias era orientado a produzir “textos”, o status desses “textos” era, a todo efeito, análogo ao da “voz” ou aos “estudantes” nos exemplos acima citados. Isso não quer dizer que os “textos” sejam em algum sentido transparentes, mas apenas que, como entidades para o consumo, devem considerá-los em níveis diferentes. Por exemplo, enquanto que a partir, do ponto de vista literatológico, pode bastar analisar as pautas de composição e “história”, disposição e destreza manifestados em um “texto”, uma análise culturológica (ou semiótica) tenderia a ressaltar os modelos de realidade como produtos mais poderosos da literatura, alcançados, entre outros procedimentos (mas não necessariamente de modo exclusivo), por meio da confecção de textos.

Como se afirmou mais acima (2.2), do ponto de vista do consumo, os “textos” circulam no mercado de modos variados e nunca apenas – especialmente se estão altamente canonizados e armazenados afinal no cânone histórico- como os vêem os críticos literários, por exemplo, como textos integrais. Alguém poderia também sustentar, portanto, que os fragmentos (segmentos) para uso diário são produto literário muito notável. Citações, parábolas curtas e episódios aos que podem fazer referência facilmente são alguns exemplos desses fragmentos.

Novamente, estes fragmentos podem ser tratados como um inventário visto para usar na comunicação diária ou como *bagagem* permanente através da qual podem gerar-se e com a qual podem comparar-se novos textos e fragmentos. Mas o que é que na realidade fazem no sentido sócio-cultural? Aqui também, um enfoque semiótico trataria estes fragmentos não como um catálogo neutro, simplesmente, mas sim como aquele que ajuda à sociedade a

manter seus *modelos de realidade*, que por seu turno regem os modelos de interação interpessoal. Constituem, pois, uma das fontes das classes de *habitus* que prevalecem nos distintos níveis da sociedade, contribuindo para conservá-la e estabilizá-la.

Afirmar que os “textos” podem tratar-se de modo mais convincente como veículo formal de um(s) produto(s) mais poderoso(s) não refuta ou contradiz necessariamente certas visões literatológicas correntes em relação à diferença entre textos “não literários” (“cotidianos”) e “literários”. Mas a questão, no conjunto, perde talvez muita de sua importância, e a hipótese da função “orientada em direção a si mesma” da comunicação literária se converte em um traço secundário: é um dos procedimentos da “indústria” para colocar seus produtos no mercado com êxito”.

Referências Bibliográficas

Accardo, Alain and P. Corcuff 1986. *La sociologie de Bourdieu: Textes choisis et commentés* (Bordeaux: Ed. Le Mascaret).

Avalle, D'Arco Silvio 1972. *Corso di semiologia dei testi letterari (1971-1972)* (Torino: Einaudi).

Bourdieu, Pierre 1971. "Le Marché des biens symboliques," in *L'année sociologique* 22: 49-126.

Bourdieu, Pierre 1977. "La production de la croyance." *Actes de la recherches en sciences sociales*, 13: 3-43.

Bourdieu, Pierre 1979. "L'habitus et l'espace des styles de vie," in *La distinction*, 189-230 (Paris: Minuit).

Bourdieu, Pierre 1984. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, translated by Richard Nice (Cambridge: Harvard University Press).

Ejxenbaum, Boris 1927. *Literatura* (Leningrad: Priboj).

Ejxenbaum, Boris 1968. *Lev Tolstoj, I-II* (München: Fink) (Rep. of original vols. 1 + 2, 1928 & 1931) [= *Slavische Propyläen*, 54] Ejxenbaum, Boris, & Jurij Tynjanov, eds. 1926. *Russkaja proza* (Leningrad:

Akademia) (Rep. The Hague: Mouton, 1963). Greenblatt, Stephen 1980. *Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare* (Chicago: University of Chicago Press). semiotics, culture, theory of culture, self-image.

Hamon, Hervé, & Patrick Rotman 1981. *Les intellocrates: Expéditions en haute intelligentsia* (Paris: Ramsay).

Jakobson, Roman 1980 <1956>. "Metalanguage as a Linguistic Problem." In Jakobson, Roman, 1980 *The Framework of Language*, 81-92 (Ann Arbor: Michigan Studies in the Humanities).

Lafarge, Claude 1983. *La valeur littéraire: Figuration littéraire et usages sociaux des fictions* (Paris: Fayard).

Lottman, Herbert R. 1981. *La rive gauche: Du front populaire à la guerre froide* (Paris: Seuil).

Machlup, Fritz 1981. *Knowledge and Knowledge Production* (Princeton: Princeton University Press).

Tynjanov, Jurij 1929. *Arxaisty i novatory* (Moscow: Akademia) [rep. München: Fink, 1967].

Viala, Alain 1985. Naissance de l'écrivain: Sociologie de la littérature à l'âge classique (Paris: Minuit).

Zink, Michel 1980. "Le lyrisme en rond. Esthétique et séduction des poèmes à formes fixe au moyen age," Cahiers de l'Association internationale des études françaises 32: 71-90.

Even-Zohar, Itamar 1986. "La búsqueda de leyes y sus implicaciones para el futuro de la ciencia de la literatura". Versión es basada sobre la traducción de Desiderio Navarro publicada en *Criterios*, 13-20, I. 1985--XII. 1986, pp. 241-247. Accesible de "<http://www.tau.ac.il/~itamarez>"